

A. M. A. T.

OS ACONTECIMENTOS DO RATO

Análise política de uma etapa da luta anti-colonial

O ano de 1973 começou mal para o colonialismo português. A intensificação da luta anti-colonial é um dado novo na situação interna do país. Além do assassinato de Amílcar Cabral, os chamados "acontecimentos da Capela do Rato" desempenharam um papel importante no avanço dessa luta, pelo que devem ser analisados politicamente.

GREVE DA FOME NA CAPELA DO RATO

1) Antes de mais é de salientar que a iniciativa do grupo de cristãos foi lançada num momento particularmente oportuno; internamente o governo luta com crescentes dificuldades, até porque a guerra se tornou cada vez mais im popular; internacionalmente, entrou-se numa nova fase de atenção às guerras coloniais na África, tanto mais que o conflito do Vietname deixou de estar, com o cessar fogo, no centro das atenções mundiais.

2) A acção do Rato foi original entre nós e encontrou formas corajosas e eficazes de luta---a ocupação da Capela, a greve da fome, etc. Constituiu um bom aproveitamento da cobertura proporcionada pela Igreja, mas não parece ter sido uma acção sectária (também os não cristãos eram convidados a participar). Foi uma acção situada dentro duma certa "legalidade", mas de uma legalidade conquistada---ali, o direito de reunião foi tomado de assalto e efectivamente exercido.

3) Embora aquela manifestação tivesse um carácter "pacífico" (como se vê pelas formas de luta utilizadas, incluindo a resistência passiva à polícia) não creio que ela tivesse um conteúdo "pacifista". Pela análise do texto da segunda reunião, vê-se que os cristãos consideram justa a luta travada pelos povos das colónias, o que não é certamente uma tese pacifista.

4) A iniciativa dos cristãos teve o grande mérito de ser aberta às massas, ultrapassando qualquer forma de isolamento. Além disso ela teve o apoio exterior de formas avançadas de agitação por parte de trabalhadores revolucionários. Tudo isso permitiu que a acção não se transformasse num colóquio de eruditos, mas estivesse ligada à população e ao serviço desta.

5) Quanto às posições tomadas, foi positivo que se tivesse denunciado a cumplicidade da Igreja Católica com a política colonial, pois a Igreja continua a ser, apesar de todas as suas contradições internas, um dos principais suportes ideológicos e sociológicos do regime.

6) Tanto quanto se pode avaliar pela notícia divulgada, foi politicamente correto o tratamento dado ao problema colonial. A guerra aparece situada no contexto da luta de classes, mostra-se que os povos africanos e os trabalhadores portugueses são aliados no mesmo combate e refere-se a subordinação do governo português à estratégia do imperialismo.

7) Apesar de todos estes valores, a iniciativa dos cristãos teve alguns aspectos negativos. Poderia ter sido articulada com o trabalho de outros sectores empenhados na luta anti-colonial; poderia ter produzido textos mais elaborados e mais rigorosos sobre a situação da guerra, as suas causas e as suas consequências, etc. No entanto, o saldo é largamente positivo.

AS REPERCUSSÕES DOS ACONTECIMENTOS

O primeiro e maior efeito da acção realizada na Capela do Rato foi o ter desencadeado um processo de discussão pública e alargada sobre a guerra colonial. Aquilo que era assunto proibido passou bruscamente para o primeiro plano. Isso prova que é indispensável provocar acontecimentos para que os processos políticos avancem---não bastam os papéis e as declarações oficiais, são precisos factos.



Além deste efeito de carácter mais geral, o caso do Rato teve outras consequências políticas importantes:

1) Do ponto de vista da Igreja Católica, não só revelou as suas contradições, como também obrigou o Patriarca de Lisboa a pronunciar-se em termos não inteiramente favoráveis à guerra. A política da Igreja portuguesa deve ser complexa: por um lado não pode quebrar a sua aliança com o Governo, com quem tem tantas afinidades ideológicas e que tantos privilégios lhe concede (sobretudo subsidiando as Missões em África) e reciprocamente o governo não pode perder esse aliado poderoso (bem se viu com que pressa Marcelo Caetano foi visitar o novo Cardeal); por outro lado, o Vaticano tem muitas pressões das Igrejas africanas para que deixe de dar o seu apoio a Portugal. De qualquer maneira é sintomático o número de bispos e padres (sobretudo em Moçambique) que têm causado problemas no colonialismo português; e muitos deles o têm pago com a prisão e a expulsão. Isto significa que os cristãos que alinham as posições revolucionárias têm uma intensa luta a travar dentro da Igreja, forçando-a a deixar de abençoar a política do Governo.

2) Quanto aos aspectos de política interna, a acção dos cristãos no dia da Paz mostrou que era possível e necessário abordar o problema da guerra e lutar internamente contra o colonialismo. Se alguns sectores da oposição preocupados em não pisar o risco da "legalidade", eram reticentes à abordagem desta questão, não podem agora deixá-la no esquecimento.

As diversas posições vindas a público nesta altura mostraram ainda que há duas maneiras fundamentais de pegar no problema da guerra colonial. Para as correntes políticas reformistas (deputados liberais, tecnocratas que rondam as esferas governamentais, sectores da oposição democrática) o fim da guerra aparece como condição para a "modernização" da sociedade portuguesa. Enquanto houver guerra não é possível a "democratização" das estruturas, nem se consegue financiar o "desenvolvimento" económico do país. Portanto a nesta perspectiva a Paz está ao serviço do capitalismo, de um capitalismo "moderno", "desenvolvido", "europeu". As correntes políticas verdadeiramente anti-capitalistas não podem aceitar esta perspectiva. O termo do conflito não é uma condição para modernizar a sociedade portuguesa, mas será uma vitória dos povos colonizados e dos trabalhadores portugueses e marcará um passo em frente no processo revolucionário. Que dizera a correcta posição anti-colonialista tem de ser forçosamente anti-capitalista.

Este problema deve ser objecto de grande vigilância por parte dos militantes que lutam por uma sociedade socialista. Sem repudiar os esforços feitos pelas restantes correntes de oposição, eles devem sempre fomentar a radicalização do processo político, afim de que a luta anti-colonial seja inseparável da luta pela conquista do poder por parte das massas trabalhadoras.

3) Os acontecimentos do Rato vieram ainda manifestar as tensões existentes no seio da classe dominante e do Governo, a respeito da política colonial. A repressão sobre os responsáveis foi hesitante, a demissão dos funcionários públicos só veio complicar as coisas e sobretudo os debates na Assembleia Nacional atingiram um grau de conflito e mesmo de cisão até agora nunca visto nas fileiras do regime. O tom geral das posições governamentais era um tom de fragueza: uma guerra que se discute é uma guerra que se perde.

A própria comunicação de Marcelo Caetano, em 15 de Janeiro tinha um ar de "brandura" e de "sensatez" que desconcertou muita gente. Não nos devemos porer iludir a esse respeito. Marcelo Caetano não é menos "extremista", nem está menos "à direita" do que Casal Ribeiro---só que é mais inteligente do que ele. O seu discurso, cheio de habilidade, representa uma nova tentativa para não perder a jogada colonial, uma jogada cada vez mais difícil de aguentar.

Já não falamos das frases humorísticas ("tenho sido escrupuloso observador do processo democrático") nem das mentiras habituais ("Se há assunto sobre o qual eu tenha procurado sempre, desde que estou no governo, manter informado o país, esse assunto é o Ultramar"; os movimentos de libertação são "grupos que não têm por si outros títulos senão o de se oporem à violência e o de serem instrumento de estrangeiros"; etc, etc, ..).

Marcelo Caetano fez o possível por iludir o problema da exploração capitalista nas colónias. ("Quea vive a África e lá está agarrado, só por excepção é rico") e falou para a pequena burguesia, nomeadamente o colono branco (o cantineiro do posto, o fazendeiro...). Procurou sobretudo meter medo com o fantasma do Congo belga, porque pode amanhã "suceder em África que milhares de famílias percam os seus lares, as mulheres a sua honra e as pessoas as suas vidas...". Esta demagógica exploração dos sentimentos dos colonos brancos, apenas se esquece de dizer que, desde já, na situação de guerra, muitas pessoas perdem a sua vida e muitos milhares de famílias os seus lares, enquanto grandes massas de trabalhadores são explorados---com a diferença de que são as populações negras as principais vítimas desta situação.

Segundo Marcelo Caetano o governo tem procurado soluções pacíficas para o "Ultramar". Ele analisou inclusivamente as possibilidades de negociações. Sobre isso afirmou: "Admitamos que nesses acordos Portugal recebia garantias quanto à segurança e aos interesses dos portugueses em África. Quea responderia pela observância dessas garantias?". Aqui estamos perante o único argumento que neste momento parece decisivo para o prosseguimento da guerra colonial. Já não se fala de missão histórica nem de Angola e Moçambique serem portuguesas há 5 séculos! A única razão é que não há garantias quanto à segurança e aos interesses dos portugueses em África; por outras palavras: os interesses do capitalismo português (o estrangeiro) ainda não estão suficientemente consolidados em África para poderem dispensar a presença do exército metropolitano. Por isso, Marcelo Caetano concluía paternalmente: "Eu, por mim, não aconselharei a renúncia".

CONCLUSÃO-REDOBRAR A LUTA.

Todos estes factos vieram provar que a luta anti-colonial no nosso país ainda está nos seus primeiros passos. O impacto dos acontecimentos não pode levar a esquecer que quase tudo está por fazer. Há 12 anos que os povos das colónias portuguesas pegaram em armas para lutarem contra a opressão colonial. Também o povo português tem que redobrar o seu esforço de luta contra o inimigo comum.

Sobretudo as forças armadas, principais instrumentos e também vítimas da política agressiva do Governo, terão um papel decisivo no combate a travar.

A pesar do número impressionante de desertores e refractários, as lutas no interior do exército, da marinha e da força aérea ainda não encontraram forças colectivas de resistência à guerra colonial. Os trabalhadores portugueses não podem continuar a matar os trabalhadores africanos.

Fevereiro / 1973.